

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE201811/0373

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal de Regularização

**Estado:** Pendente

**Nível Orgânico:** Ministério da Educação

**Orgão / Serviço:** Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

**Vínculo:** CTFP por tempo indeterminado

**Regime:** Carreiras Gerais

**Carreira:** Técnico Superior

**Categoria:** Técnico Superior

**Grau de Complexidade:** 3

**Remuneração:** 1201,48€

**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

Exercício de funções inerentes à carreira e categoria de técnico superior, com grau de complexidade 3, de acordo com o constante no anexo a que se refere o n.º 2 do art.º 88.º da LTFP, na Autoridade Antidopagem de Portugal, nomeadamente:

Prestar assessoria jurídica aos órgãos da ADoP;

Colaborar e participar na elaboração de diplomas legais, nacionais e internacionais, relativos à luta contra a dopagem no desporto;

**Caracterização do Posto de Trabalho:** Verificar a conformidade e proceder ao registo dos regulamentos federativos antidopagem;

Instruir processos de contraordenação e analisar impugnações judiciais;

Prestar apoio técnico no âmbito dos processos submetidos à AMA;

Informar, dar parecer e acompanhar tecnicamente os procedimentos administrativos no âmbito da ADoP;

Assegurar as demais funções que lhe sejam cometidas pelo Presidente da ADoP.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

**Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:** c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:** DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação Literária:** Direito

**Grupo Área Temática**

Direito, Ciências Sociais e Serviços

**Sub-área Temática**

Direito

**Área Temática**

Direito

### Locais de Trabalho

| Local Trabalho                                    | Nº Postos | Morada                         | Localidade | Código Postal  | Distrito | Concelho |
|---|-----------|--------------------------------|------------|----------------|----------|----------|
| Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. | 1         | Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55 |            | 1250190 LISBOA | Lisboa   | Lisboa   |

**Total Postos de Trabalho: 1**

## Nº de Vagas/ Alterações

## Formação Profissional

### Outros Requisitos:

## Formalização das Candidaturas

**Envio de Candidaturas para:** Divisão de Recursos Humanos: Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250 – 190 Lisboa

**Contacto:** Tel: 210470000, Email: MJoao.Teixeira@ipdj.pt

**Data Publicitação:** 2018-11-16

**Data Limite:** 2018-11-30

## Texto Publicado

### Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do 1º dia útil seguinte à publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior. 1. Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro 2. Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e Código do Procedimento Administrativo. 3. Local de Trabalho: Autoridade Antidopagem de Portugal, sito na Av. Duque D'Ávila, 137 – 5º, Lisboa. 4. Número de Postos de Trabalho: O procedimento concursal destina-se à ocupação de 1 (um) posto de trabalho do Mapa de Pessoal do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: O presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 6. Caracterização sumária do posto de trabalho e das funções a desempenhar: Exercício de funções inerentes à carreira e categoria de técnico superior, com grau de complexidade 3, de acordo com o constante no anexo a que se refere o n.º 2 do art.º 88.º da LTFP, na Autoridade Antidopagem de Portugal, nomeadamente: Prestar assessoria jurídica aos órgãos da ADoP; Colaborar e participar na elaboração de diplomas legais, nacionais e internacionais, relativos à luta contra a dopagem no desporto; Verificar a conformidade e proceder ao registo dos regulamentos federativos antidopagem; Instruir processos de contraordenação e analisar impugnações judiciais; Prestar apoio técnico no âmbito dos processos submetidos à AMA; Informar, dar parecer e acompanhar tecnicamente os procedimentos administrativos no âmbito da

ADoP; Assegurar as demais funções que lhe sejam cometidas pelo Presidente da ADoP. 7. Modalidade de horário de trabalho: 35 horas semanais, sendo as funções desempenhadas em qualquer das modalidades previstas no artigo 110.º da LTFP e no Regulamento Interno de Horário de Trabalho em vigor. 8. Habilitações literárias exigidas: Licenciatura em Direito. 9. Posição remuneratória: De acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, a posição remuneratória é a 2.ª da carreira/categoria de técnico superior, que corresponde ao 15.º nível remuneratório da tabela remuneratória única. 10. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: 10.1. Exerça ou tenha exercido funções na Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria de Técnico Superior, nomeadamente as descritas no ponto 6 do presente Aviso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 10.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 10.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 8 do presente aviso. 10.4. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 10.5. Os documentos comprovativos dos requisitos exigidos nas alíneas c), d) e e), do n.º 10.2 do presente aviso, podem ser substituídos, na fase de admissão ao concurso, por declaração do candidato, sob compromisso de honra, de que reúne os respetivos requisitos. 11. Forma, prazo e local para apresentação de candidatura: 11.1. Forma: A candidatura deverá ser formalizada mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio internet do Instituto Português do Desporto e Juventude, em [www.ipdj.pt](http://www.ipdj.pt), podendo ser enviado por via eletrónica para o endereço de email [MJoao.Teixeira@ipdj.pt](mailto:MJoao.Teixeira@ipdj.pt), até às 24:00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas ou por correio registado com aviso de receção endereçado Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250 – 190 Lisboa, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido no ponto 11.5. 11.2. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex: OE0000); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais. 11.3 Apresentação de candidatura: Nos termos da alínea a) do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145 -A/2011, de 6 de abril, a candidatura deve ser acompanhada dos documentos comprovativos da posse dos requisitos de admissão: fotocópia legível do certificado de habilitações, fotocópia de certificados relevantes, currículo atualizado, datado e assinado com referência aos n.ºs de Cartão de Cidadão e NIF. Apenas serão contabilizados elementos curriculares acompanhados dos respetivos comprovativos. Destaca-se ainda que o tempo de serviço de funções desempenhadas enquanto trabalhador/a precário/a Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. 11.4 – As falsas declarações prestadas pelo/a candidato/a serão punidas nos termos da lei. 11.5. Prazo: O prazo de entrega para as candidaturas é de 10 dias úteis, a contar do 1º dia útil seguinte à publicação do Aviso de Abertura na Bolsa de Emprego Público (BEP) o qual será igualmente publicitado na página da Internet ([www.ipdj.pt](http://www.ipdj.pt)). 12. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar é o de avaliação curricular. 12.1. Avaliação Curricular (AC): Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica e profissional, assim como da relevância da experiência adquirida e do tipo de funções exercidas. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, nomeadamente: Habilitações Académicas (HA), Formação Profissional (FP), Experiência Profissional (EP), nomeadamente o tempo de serviço no exercício das funções caracterizadoras dos postos de trabalho a concurso. A AC é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada obtida nos fatores ponderados na avaliação curricular, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:  $AC = (HA * 10\%) + (FP * 10\%) + (EP * 80\%)$  Sendo que: AC= Avaliação Curricular HA = Habilitação Académica FP = Formação Profissional EP = Experiência Profissional 12.2. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 12.3 Os candidatos que obtenham uma

valoração inferior a 9,50 valores na Avaliação Curricular consideram -se excluídos. 13. Publicitação dos Resultados: 13.1 A publicitação dos resultados obtidos no método de seleção é efetuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações dos Serviços do Instituto Português do Desporto e Juventude, e disponibilizadas na sua página eletrónica em [www.ipdj.pt](http://www.ipdj.pt), sendo os candidatos notificados por correio eletrónico, havendo lugar a audiência de interessados antes de ser proferida a decisão final. 13. 2 A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações dos Serviços do Instituto Português do Desporto e Juventude e disponibilizada na sua página eletrónica em [www.ipdj.pt](http://www.ipdj.pt). 14 – Nos termos do disposto no nº 4 do artigo 10º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, os avisos de abertura correspondentes a este aviso serão apenas publicados na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página eletrónica do Instituto Português do Desporto e Juventude ([www.ipdj.pt](http://www.ipdj.pt)). 15 — Composição do júri e afins: Presidente: Rogério Paulo de Jesus Lourenço Joia, Presidente da Autoridade Antidopagem de Portugal, 1º Vogal Efetivo: António Júlio Vitorino Nunes, Diretor Executivo da Autoridade Antidopagem de Portugal, que substitui o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos 2º Vogal Efetiva: Maria João Mendes Teixeira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos 1º Vogal Suplente: Ana Catarina Santos Carvalho, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos 2º Vogal Suplente: Carla Matias Ladeira do Patrocínio, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos 15.1. Assiste ao Júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações 15.2. O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 15 de novembro de 2018, Vítor Pataco, Presidente do Conselho Diretivo

#### Observações

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

#### Alteração de Júri

#### Resultados

#### Questionário de Termina da Oferta

##### Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Com Auxílio da BEP:

##### Recrutados

Masculinos:

Femininos:

**Total:**  
**Total Portadores Deficiência:**  
**Total Com Auxílio da BEP:**